



5502 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

DEZ NOÇÕES SUBSUNÇORAS À IDEOLOGIA DE GÊNERO NO DISCURSO MIDIÁTICO-PEDAGÓGICO: uma autoetnografia
Marcos Felipe Gonçalves Maia - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

DEZ NOÇÕES SUBSUNÇORAS À IDEOLOGIA DE GÊNERO NO DISCURSO MIDIÁTICO-PEDAGÓGICO: uma autoetnografia

Resumo: Trata da ideologia de gênero como discurso midiático no cenário da educação com reflexos do planejamento nacional da educação a partir do ano de 2014. Objetiva refletir sobre essas compreensões frente ao contexto político, social e cultural da presentividade e embates políticos em torno do des-planejamento da educação. Metodologicamente se construiu como uma autoetnografia percorrendo a experiência do pesquisador em analisar as dez noções subsunçoras advindas de uma pesquisa de mestrado em educação finalizada no ano de 2017, que estudou, por meio de análise de conteúdo, 77 textos jornalísticos *online*. Finaliza destacando que apesar da tentativa de desqualificação dos estudos de gênero, algumas teóricas feministas chegaram a ser lidas por movimentos conservadores que talvez não teriam acesso a elas por outros meios; destaca a importância da construção de uma democracia agonística do convívio das diferenças e ressalta a importância de se construir estratégias de ocupação dos espaços midiáticos para a transformação e equilíbrio de forças do jogo e discurso midiático por meio do caráter pedagógico das mídias.

Palavras-chave: Mídias. Educação. Política. Tocantins.

Introdução

Passados dois anos da defesa da minha dissertação de mestrado em educação, tenho feito um balanço do tema ali tratado, a saber, os discursos midiáticos^[1] em torno do pânico moral da “ideologia de gênero” no cenário político-educacional no norte do Brasil, corolário da realidade brasileira da primeira quinzena do século XXI.

Aquela dissertação levantou dez noções subsunçoras (MACEDO, 2010; GARFINKEL, 1984) a partir da leitura de 77 textos jornalísticos, por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Assim, manifestaram-se: 1) “Ideologia de gênero” como sendo contrária a concepção natural e “biológica” dos gêneros binários masculino e feminino; 2) “Ideologia de gênero” como prática gay, ou do movimento gay; 3) “Ideologia de gênero” como possibilidade de destruição da família [tradicional]; 4) “Ideologia de gênero” como promotora da sexualidade precoce; 5) “Ideologia de gênero” como má compreensão do conceito de gênero; 6) “Ideologia de gênero” como usurpadora da educação moral familiar; 7) “Ideologia de gênero” como conhecimento não científico; 8) “Ideologia de gênero” como uma teoria autoritária; 9) “Ideologia de gênero” como produtora de inconveniências; 10) “Ideologia de gênero” como contrária a uma sociedade onde a Bíblia junto com a Constituição Federal e o Código Civil são pilares da sociedade.

Este ensaio tem o objetivo de refletir sobre essas compreensões frente ao contexto político, social e cultural da presentividade e embates políticos em torno do des-planejamento da educação. Faço um autoetnografia. Este *modus operandi* metodológico tem um caráter analítico, possibilita uma compreensão de si próprio, traz os sentimentos e as experiências do observador-narrador, necessita de um diálogo também com fontes informativas (pesquisa bibliográfica e/ou documental, por exemplo) o que possibilita ultrapassar um relato biográfico na transmutação e simbiose do experienciado com o pesquisado e validado por outras instâncias científicas (MAIA; OLIVEIRA, 2018).

É possível perceber na literatura científica uma dispersão dos significados da expressão “ideologia de gênero”. Pode-se distinguir quatro nuances: A “ideologia de gênero” como **discurso heterossexista**^[2], como **crítica aos estudos de gênero**, como **crítica aos papéis sociais** e como **antifeminismo** (MAIA; ROCHA, 2017).

Maia e Rocha (2017) estudaram, por meio de uma pesquisa bibliográfica, essas diversas nuances no âmbito da produção do conhecimento em áreas de saberes no Brasil e em outros países. Concluem afirmando essa polifonia do conceito e indicam que no Brasil, seguindo a tendência da América Latina e da Europa Ibérica, essa expressão surge num contexto de desarticulação da política de inclusão de mulheres e diversidades sexuais e de gênero. Apontam ainda, que em língua inglesa essa expressão acaba tendo outros sentidos.

No Banco de Teses e Dissertações da CAPES (www.bancondeteses.capes.gov.br) é possível encontrar cinquenta e sete trabalhos de mestrado e/ou doutorado que tratam especificamente sobre a temática, com a diversidade de nuances destacadas por Maia e Rocha (2017). Quando acrescentado o descritor “educação” o número sobe para incríveis quase duzentos mil trabalhos. Esse número precisa ser mais bem destrinchado por outras pesquisas cientométricas ou de análise de conteúdo; para este ensaio esses números mostram a urgência do tema, em especial para nosso campo de pesquisas em Educação.

Um pequeno percurso teórico-conceitual

É necessário neste momento que sejam burilados alguns conceitos. Vamos pensar um pouco sobre o conceito de gênero, sexualidade e ideologia. A dissertação ainda trata de outros temas que ajudaram na compreensão e construção do objeto, tais como planejamento educacional e pânico moral.

É comum pensar que gênero é um conceito unívoco que agrega somente o espaço de lutas das mulheres. Entretanto, como nos lembra Joan Scott (1986) esse conceito está mais relacionado com a forma pela qual estruturamos nossas sociedades a partir de compreensões e significados atribuídos às diferenças percebidas entre os corpos, do que com uma pretensa naturalidade de um dado sexo. Assim, gênero não deve ser compreendido como o papel social de um dado corpo biológico, sexuado (HEILBORN, 1991). Gênero não é a persona, a máscara, a roupa que uma pessoa utiliza. Gênero é uma relação de poder que ordena a sociedade. De maneira geral, gênero acaba sendo tomado como o papel da mulher e do homem em sociedade a partir de um binarismo utilitário. A esse sistema de separação entre dois papéis binários e que necessariamente deve estar atrelado a uma matriz heterossexual e falocêntrica Gayle Rubin (1975) chamou de sistema sexo/gênero/desejo. Ou seja, uma pessoa que nasceu com um corpo ao qual damos o nome de macho deve necessariamente se comportar com os atributos tidos como masculinos e direcionar seu desejo e prática sexual para o sexo oposto, isto é, fêmea, mulher e, também, heterossexual. Qualquer fuga dessa matriz torna o gênero ininteligível, impossível de ser e existir em nossa sociedade (BUTLER, 1999).

Ainda nesse triedro do sexo/gênero/desejo surge um outro conceito muito atrelado à gênero, mas que não é dele resultante, nem *sine qua non*: é a sexualidade. Esta tem sido compreendida nas representações sociais das pessoas comuns e da sociologia espontânea como a prática do prazer sexual. Temos algumas ressalvas quanto a isso. Sexualidade a partir da compreensão de Foucault (1988) é uma forma de saber. Um saber sobre as práticas e as construções de espaços e governos. É um discurso do permitido e do interdito. Do que pode e o que não se pode fazer. Uma *scientia sexualis* [3], ou uma *ars erotica*, que conduz ao discurso da verdade sobre o sexo. Para Michel Foucault (1988, p. 56), “prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se, entrelaçam-se. Encadeiam-se através de mecanismos complexos e positivos, de excitação e de incitação”. Para este pensador, sexualidade não é um dado da natureza, não é reprodutibilidade da espécie, mas é o nome dado a um dispositivo histórico em que a “estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 116). Isto é, sexualidade pode estar a serviço da libertação do ser humano, como também pode estar a serviço de seu assujeitamento.

No campo educacional, tanto gênero, quanto sexualidade, estão a serviço do biopoder (FOUCAULT, 2005), isto é, do direito de dizer quem pode viver e quem deve morrer. Isso implica, além de questões muito graves como o atentado à vida humana, o desempenho escolar, a evasão, o sofrimento psíquico, a diminuição do rendimento do processo de ensino aprendizagem, e uma série de outros fatores que dificultam o processo cultural de desenvolvimento humano no processo educativo (JUNQUEIRA, 2009).

Para Cláudia Vianna (2012) há uma discussão antiga, mas nunca perene, sobre a inclusão das temáticas de sexualidade e gênero no currículo escolar. Uma de suas retomadas se dá a partir do ano de 1995 por meio de pressão dos movimentos de mulheres e de LGBTQI (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer* e intersex), o que ocasionou respostas do governo Fernando Henrique Cardoso frente às demandas internacionais, em especial do Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Além dessas questões, o uso da categoria gênero tem sido mal compreendido e empregado nas políticas públicas brasileiras de Educação, em especial, quando se vê o Plano Nacional da Educação 2001-2010 que entendia a superação das desigualdades de gênero somente com a matrícula de alunos e alunas paritariamente (CARVALHO; RABAY, 2015). Ora, sabemos que o problema é mais profundo!

Na educação essa temática é vista como tema transversal na legislação, e no atual momento de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vê-se seu ocultamento. No cenário do planejamento da educação nacional de 2014, uma forte campanha midiática fez o possível para a sua retirada no ordenamento jurídico, ou pelo menos, seu apagamento por meio da pecha “toda forma de discriminação”, como se gênero e sexualidade fosse somente uma questão de inclusão de minorias ou de vítimas de homofobias, misoginias, etc. Gênero e sexualidade não são apenas formas de discriminação, são formas de estruturação da sociedade na qual vivemos, o que acarreta uma série de discriminações e preconceitos, como nos lembra Scott (1986).

A partir do planejamento nacional da educação do ano de 2014 essa temática foi rechaçada e tudo que continha gênero, sexualidade, orientação sexual, foi fortemente debatido no congresso nacional e nas casas legislativas estaduais e municipais como sendo algo que precisava ser combatido porque era ideologia (MAIA; ROCHA, 2016). Mas o que é ideologia?

Essa palavra tem uma longa história. Mais acentuadamente ela ganha força no auge do des-governo de Bonaparte na França moderna quando ele reverteu o sentido da escola ideológica de Destutt de Tracy (alguma semelhança com os dias atuais?). Destutt de Tracy (1754-1836) foi um pensador do Instituto Nacional da França pós-revolução, no início da recém-instaurada Primeira República Francesa. Ele argumentava que não é possível conhecer as coisas mesmas, mas somente as impressões e as ideias que fazemos delas (uma espécie de crítica ao empirismo). Assim, ele elaborou um conjunto de pensamento que seria a ciência primeira, uma Ciência das Ideias, ou Ideologia. Esta, então, seria capaz de ajudar na “compreensão da natureza humana e, desse modo, possibilitaria a reestruturação da ordem social e política de acordo com as necessidades e aspirações dos seres humanos” (THOMPSON, 2000, p. 45).

Com a tomada do poder por Napoleão Bonaparte, a França se torna um Império ditatorial. Alguns dos pensadores do Instituto Nacional, dentre eles Destutt de Tracy, foram convidados a compor o governo consular de Napoleão. Porém, os intuítos de Napoleão começaram a ir de encontro às ideias daqueles pensadores. Para minar, então, os pensamentos

republicanos que ameaçavam seu governo ditatorial, Napoleão começou a dar um novo sentido para a palavra “ideologia”, isto é, começou a criticar o pensamento da Ideologia como sendo perigosa para a nação, como se eles fossem um problema para sua governamentalidade.

Ainda próximo desse período histórico, ideologia ganha um outro sentido. Na crítica dos jovens hegelianos, Marx e Engels (2002) criticam Feuerbach e Stirner como sendo ilusionados pelos erros da consciência. Assim, Marx e Engels criam um conceito de ideologia como uma falsa percepção da realidade, percepção que impossibilitaria a apreensão da realidade e suas características sócio-históricas.

Esse é um conceito que se aproxima bastante da visão de Marilena Chauí (1980), só que diferente. Para esta pensadora, ideologia é um *corpus* de representações e de normas de como se deve agir, pensar e sentir. Esse *corpus* é criado com a intenção de produzir uma universalidade imaginária já que generaliza para toda a sociedade o ponto de vista da classe dominante. Ela flui como verdade amplamente aceita por todos sem a necessidade de imposição ou de signos visíveis.

Numa outra perspectiva, ideologia é forma de construção de sentidos. Para Thompson (2000), seria na inter-relação entre sentido (significado) e poder que se formulam ideologias. Assim, o conceito de ideologia pode ser utilizado para referir às maneiras pelas quais o sentido/significado serve para criar e sustentar relações de poder assimétricas. Isto é, como “o sentido é mobilizado para manutenção de relações de dominação” (THOMPSON, 2000, p. 76).

Com essas quatro noções de ideologia acima apresentadas podemos perceber que esse conceito está atrelado às relações humanas em sociedade com um elemento central: poder. Este sempre na relação com o saber e o conhecer. Isto é, ideologia perpassa necessariamente formas de governar com base em formas de conhecer (FOUCAULT, 1988, 2005).

Isso está evidente no cenário político nacional quanto ao pânico moral (COHEN, 2011; MISKOLCI, 2007) criado ao redor dessa temática no planejamento da educação nacional, estadual e municipal. Essa “ideologia de gênero” nas políticas públicas brasileiras se faz num processo de “violência de gênero”. Essa violência de gênero, segundo Sandra Souza (2014, p. 189), “traduz-se na ação político-religiosa, seja obstaculizando a luta pela ampliação dos direitos das mulheres e da população LGBT, seja lutando contra direitos já conquistados por esses grupos”. Entendendo que o Plano Nacional de Educação (PNE) estava sendo utilizado como propaganda da “ideologia de gênero”, aqueles segmentos “deflagraram intensa campanha midiática contra o substitutivo, sugerindo que ele era uma ameaça à família tradicional” (SOUZA, 2014, p.190).

Essa campanha, é denominada como “luta pelo estabelecimento dos significados sociais” (SOUZA, 2014, p. 198). Essas lutas têm sido travadas com a intenção de promoção de pânico moral justamente por afirmar que essa “ideologia de gênero” é de partido de esquerda (SOUZA, 2014) e se igualaria ao “perigo” do Comunismo na época da Guerra Fria (CAMPILLO-VÉLEZ, 2013). O que vincula a denominada “ideologia de gênero” a uma proposta de revolução socialista. De novo: ideologia de gênero não é proposta socialista, é resultado de uma política neoliberal de acumulação para desqualificação de saberes e práticas para a construção da justiça social.

É essa inversão de conceitos, uma arma política, a partir de exercícios retóricos e demagógicos que tentam desestruturar pesquisas, movimentos e criações de conhecimento científico, a partir de uma pretensa origem da verdade, como se somente existisse uma única e pura verdade. Um embate reacionário para manutenção do *status quo* machista, racista e misógino. Isso com certeza interessa ao sistema de dominação masculinista.

Com esse pequeno caminhar por alguns conceitos, vamos passar agora para compreender o que se disse e se comentou nos textos jornalísticos. Ver-se-á que se manifesta uma grande confusão de conceitos e até mesmo de interesses o que pode demonstrar que não existem, assim tão clara e uniformemente, grupos coesos como se pensa e se faz crer tais como as bancadas evangélicas, da bala e da bíblia (CHAUÍ, 2016). E demonstra Chauí (2016) que, mesmo sem homogeneidade, esses discursos que se constroem são da violência e totalitarismos.

As dez noções subsunçoras: contradição e contra-ação

Noções subsunçoras são categorias de análises que a etnometodologia utiliza para compreensão do mundo fenomênico (MACEDO, 2010; GARFINKEL, 1984). Essa categoria compreende a ideia de que as coisas simplesmente não são o que são, mas tornam-se e estão sempre atreladas a construções de sentidos. Isto é, ninguém faz nada aleatoriamente, tudo que se faz num mundo sem sentido é tentar dar sentido a uma existência, a uma forma de vida, de preferência, de uma maneira mais familiar possível. Na dissertação de mestrado percebi que houve uma guerra contra os estudos de gênero fortemente marcado por compreensões de mundo. Vamos passar rapidamente por cada uma delas para tentar entender essa hipótese^[4].

1) “Ideologia de gênero” como sendo contrária a concepção natural e “biológica” dos gêneros masculino e feminino. Esse argumento baseia-se na ideia de que a narrativa bíblica indica que o homem foi criado para a mulher e vice-versa. Seu maior ponto de argumentação seria a própria biologia. Entretanto, são dois os problemas dessa noção: primeiramente, a bíblia não é a norma para todas as pessoas, nem para todas as religiões do mundo; segundo, o campo da biologia não é homogêneo sobre as reproduções das espécies. A maneira sexuada de se reproduzir não é natural, nem necessária, somente uma forma de ampliar a biodiversidade. Hoje pode existir, amanhã não mais. A vida está em constante alteração. Nem todos os seres vivos também se reproduzem do mesmo jeito, ou desenvolvem as mesmas estratégias de sobrevivência. Por isso, a categoria “biodiversidade” é tão cara à biologia, mais até do que a própria reprodução de forma sexuada (MAIA, 2019; NUCCI, 2018).

2) “Ideologia de gênero” como prática gay, ou do movimento gay. A pauta de gênero não é de movimento gay

unicamente. Primeiro, gênero surge no movimento médico-psicanalítico para definir comportamentos sociais discrepantes da norma padrão se macho com pênis, então, homem que tem orientação sexual direcionada para o sexo oposto (o sistema sexo/gênero/desejo indicado acima). Depois é que gênero é problematizado pelo movimento feminista como uma forma de compreensão das relações sociais. Assim, diversos campos se validam do gênero, não somente o movimento gay. Até esta própria categoria deve ser problematizada: que movimento gay?

3) “Ideologia de gênero” como possibilidade de destruição da família. De que família estamos falando? Família tradicional brasileira? A família tradicional brasileira é a do senhor branco de escravos negros, que possui mulheres e filhos ilegítimos, que manda matar e espancar; que expulsa filhos de casa; que por falta de opções vive trancafiada com medo; no abuso do consumo de álcool e outras drogas; no abandono do lar e tantos outros problemas sociais. Se a preocupação é realmente com a família, a primeira coisa a se fazer é educar homens e mulheres no planejamento familiar, nos direitos sexuais e reprodutivos. Não adianta somente dizer que “querem acabar com a família”; a família JÁ ESTÁ acabada. Precisamos mais de políticas públicas efetivas em prol da família, e não em encontrar os culpados pela sua desestabilização.

4) “Ideologia de gênero” como promotora da sexualidade precoce. Esta noção se baseia na ideia de que falar de sexo, sexualidade, gênero, orientação sexual nas escolas vai promover a curiosidade e as crianças vão querer praticar o ato sexual mais cedo do que o “normal”. Pelo contrário, falar abertamente sobre essas questões ajudam na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, diminuição de sofrimentos físicos e psíquicos, violência sexual (JUNQUEIRA, 2009).

5) “Ideologia de gênero” como má compreensão do conceito de gênero. Esta noção indica que gênero é tido como algo que se pode trocar como se troca de roupa. Talvez por má compreensão de Beauvoir e Butler. Pro talvez uma leitura simplista ou apressada destas teóricas, afirmam que se não há ligação entre sexo e gênero, então ninguém é nada e tudo ao mesmo tempo. Ou seja, “se ninguém nasce mulher, então mesmo assim, eu quero que minha filha seja mulher”. Um paradoxo do cachorro correndo atrás do rabo. As possibilidades de ser homem e mulher não são totais simplesmente porque não se nasce mulher ou homem. Essa construção é complexa e relacional no seio das relações sociais. Não é tão simples escolher ser homem ou mulher. É uma construção. Mas nem por isso, ela pode ser trocada como um sapato. A identidade humana não se vende nem se compra na farmácia, é construída ao longo de processos dos mais complexos, muitos até incompreensíveis pela razão humana, ou até mesmo pela inconsciência (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

6) “Ideologia de gênero” como usurpadora da educação moral familiar. Esta ideia perpassa o Pacto de São José da Costa Rica que prevê que os pais têm o direito de educar seus filhos conforme suas crenças. Ora, isso já está mais do que garantido, só não está garantido para outras matrizes tais como as afro-brasileiras! A educação como papel da Família em parceria com Estado e Sociedade é Lei Magna no Brasil (BRASIL, 1988). O filho pode até ser do pai e da mãe, mas antes é um ser-social-em-formação dotado de direitos e deveres no seio da sociedade. E por ela também deve ser formado.

7) “Ideologia de gênero” como conhecimento não científico. Esta é talvez a minha maior preocupação. Ao dizer que os estudos de gênero não são científicos é um valor importante como destacou Popper (1980). A anunciação de um campo passa pela validação de seus pressupostos. Os críticos dos estudos de gênero não estão fazendo essa crítica popperiana, estão desqualificando saberes sujeitados (FOUCAULT, 2005). É claro que a forma estruturada de saber epistemológico surge num determinado tempo histórico e social. E os estudos de gênero surgem dentro do processo de produção de conhecimento (via academia e movimentos sociais), com método e rigor científicos. Não há que se falar que não é ciência, podem ser criticados seus pressupostos, mas no campo da ciência e produção de saberes situados (HARAWAY, 1995). Entretanto, devemos assumir que o próprio modo de ser e fazer ciência vem sendo questionado há alguns séculos (POPPER, 1980). O que por si só é muito vantajoso tanto para a humanidade quanto para a própria ciência. A dúvida perpassa sempre, a certeza é que é burrice.

8) “Ideologia de gênero” como uma teoria autoritária. Este argumento indica que os estudos de gênero impõem uma “verdade” em que todos devem aceitar. Não passa de má compreensão. Os estudos de gênero, justamente pelo fazer científico, não impõem nada, apenas a dúvida, o pensar e reconstruir. Pelo contrário, os estudos de gênero mostram que as normas sociais são impositivo-normativas (BUTLER, 1999) quanto ao gênero e sexualidade.

9) “Ideologia de gênero” como produtora de inconveniências. Este argumento afirma que os estudos de gênero geram mal-estar. Ora, neste caso devo concordar e seguir para o último tópico!

10) “Ideologia de gênero” como contrária a uma sociedade onde a Bíblia junto com a Constituição Federal e o Código Civil são pilares da sociedade. Essa fala pode parecer estranha, mas apareceu nas vozes de muitos políticos e políticas. Com esta noção fica claro e evidente que esse movimento de “invenção” (MAIA; ROCHA, 2017) da ideologia de gênero é política e tem marcadamente um viés ideológico.

Considerações finais

No processo de construção do objeto de pesquisa, justamente pela minha identidade e subjetividade, sentimentos de dor e angústia perpassaram os dois anos do mestrado. Ler comentários de ódio na internet deu um certo desespero em relação à tanta raiva que as pessoas expõem no meio virtual e até mesmo em praças, calçadas, escolas... Essa angústia num primeiro momento assustou, mas depois se transformou em força para inclusive entender melhor o momento por que passamos.

A primeira constatação positiva que faço desse processo é que mesmo sem querer Judith Butler (1999) foi lida e comentada por pessoas, igrejas, conservadores e neoliberais. Por outros espaços talvez ela não teria sido percebida por esse movimento. Ainda que a leitura tenha sido equivocada, rasa ou apressada, resta a esperança de que a fagulha

butleriana aqueceu e derreteu algumas certezas, ou pelo menos alguns sentimentos, e como destaca Roberto Da Matta (1978): não há saber sem sentimento.

Um segundo ponto que destaco é que ficaram evidentes as lutas e embates em prol de um ideal de educação, de sociedade e de formas de governos. Inspira a democracia agonística de Mouffe (2013) de uma sociedade, onde diferentes indivíduos possam conviver mesmo com suas diferenças gritantes. Ainda precisamos saber fazer isso. Fica como meta da função pedagógica.

Nesse campo do pedagógico pelos veículos midiáticos fica outra possibilidade de ação. Se esses suportes e veículos são capazes de construir uma in-verdade, por outro lado eles podem também ajudar na construção de um esclarecimento popular, com as pessoas (*Aufklärung-mit-volks*) pelo mesmo mecanismo. Devemos nos apropriar mais desses espaços, pensar textos curtos para veiculação nas redes sociais, jornais impressos e eletrônicos tirando dúvidas e esclarecendo (no sentido do iluminismo mesmo, trazer luz em tempos obnubilados). Temos que focar mais em divulgação e alfabetização científicas. Quem sabe nessa troca e embate de ideias ajudamos a construir a democracia agonística de Mouffe; que pode até rimar com mofo, mas lembrando que o mofo é uma forma de vida, o fungo, que a tudo digere para uma nova síntese.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo horizonte: Autêntica, 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm >. Acesso em 15 abr. 2019.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and subversion of identity. New York; London: Routledge, 1999.
- CAMPILLO-VÉLEZ, Beatriz. La ideología de género en el derecho colombiano. **Dikaion**, Chia, Colômbia, v. 22, n. 1, p. 13-54, jun. 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=72028761002> >. Acesso em 15 abr. 2019.
- CARVALHO, Maria; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000100119&script=sci_abstract&tlng=es >. Acesso em 15 abr. 2019.
- CHAUÍ, Marilena. Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados. **Revista Cult**, n. 209, fev. 2016.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologia e educação. **Educação e Sociedade**, Ano 2, n. 6, jun. 1980.
- COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. London; New York: Routledge, 2011.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jul. 2002. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882> >. Acesso em 18 jan. 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Cambridge, UK: Polity Press, 1984.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HEILBORN, Maria. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS. Rio de Janeiro: IBAM, 1991. p. 23-38.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO; MEC/SECAD, 2009. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004878.pdf> >. Acesso em 04 abr. 2016.
- MACEDO, Roberto. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa formação**. Brasília: Liber Livros, 2010.
- MAIA, Marcos. **Biologia e medicina do gênero**: uma nova-velha indumentária dos discursos naturalizantes e algumas reflexões para o ensino de biologia. 2019. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Biologia (Universidade Federal do Tocantins). Porto Nacional: UFT, 2019.
- MAIA, Marcos; OLIVEIRA, Etienne. Inovação no ensino de ciências biológicas: uma autoetnografia. **Revista EDAPECI**, v. 18, n. 2, p. 101-112, maio/ago., 2018. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/edapeci/article/view/8569/pdf> >. Acesso em 15 abr. 2019.
- MAIA, Marcos; ROCHA, Damião. Ideologia de gênero: tensões e desdobramentos na educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 25, p. 402-419, set./dez., 2017. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3690> >. Acesso em 14 abr. 2019.
- MAIA, Marcos; ROCHA, Damião. Desafios e criações na contemporaneidade: entre o conservadorismo e a desqualificação dos estudos de gênero nos planos municipais de educação no Tocantins. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO - ENDIPE, 18., 2016, Cuiabá. Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira. Cuiabá: UFMT, 2016. P. 12494-8.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões ... **Cadernos Pagu**, jan./jun. 2007, p. 101-128. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf> >. Acesso em 11 jan. 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MOUFFE, Chantal. **Agonistics**: thinking the world politically. London; New York: Verso, 2013.
- NUCCI, Marina Fischer. Crítica feminista à ciência: das “feministas biológicas” ao caso das “neurofeministas”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41089> >. Acesso em 20 maio 2018.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women. In: REITER, R. (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: monthley review press, 1975. p. 157-210. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1348> >. Acesso em 15 abr. 2019.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: companhia das letras, 1990.

SANTOS, Ana; IRINEU, Bruna. "A ideologia de gênero manda notícias": a discussão sobre gênero na educação em Palmas/TO. In: IRINEU, Bruna; MAIA, Marcos. **Gênero e diversidade na escola**: cenas, contextos e indicadores educacionais na região do Tocantins. Palmas: EDUFT, 2018. p. 238-260. Disponível em: < <https://ww2.uft.edu.br/index.php/eduft/catalogo/ebooks> >. Acesso em 15 abr. 2019.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dec. 1986. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/1864376?seq=1#metadata_info_tab_contents >. Acesso em 15 abr. 2019.

SOUZA, Sandra. "Não à ideologia de gênero!" A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 188-204, jul./dez., 2014. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/5454/4485> >. Acesso em 15 abr. 2019.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.

[1] Entendo discurso midiático como um processo pedagógico de construção de verdades sensocomunizadas a partir de aparatos da mídia tais como jornais, televisão, rádios e outros meios de comunicação (FISCHER, 2002). Aí localizo o objeto pedagógico de pesquisa no campo educacional.

[2] Hierarquia das sexualidades, onde a heterossexualidade possui condição superior a qualquer outra forma de exercer o prazer corporal (BORRILLO, 2010). Para aprofundamento veja Berenice Bento (2006).

[3] Foucault (1988) distingue *Scientia Sexualis* como a forma da construção do discurso sobre os prazeres corporais no Ocidente, diferindo-o da perspectiva do Oriente, que seria, para ele, a *Ars Erotica*. Entretanto fazemos uma ressalva nessa divisão à luz do pensamento de Said (1990). Para este autor essa pretensa divisão dicotômica Ocidente/Oriente é uma invenção de uma pseudociência modernista europeia etnocêntrica.

[4] Ressalto ser minha esta hipótese tendo em vista o método epistemológico em questão. Santos e Irineu (2018) ao estudarem a mesma temática não chegam a essas dez noções, mas a outros resultados por meio de análise de conteúdo de jornais de circulação em Palmas, Tocantins.